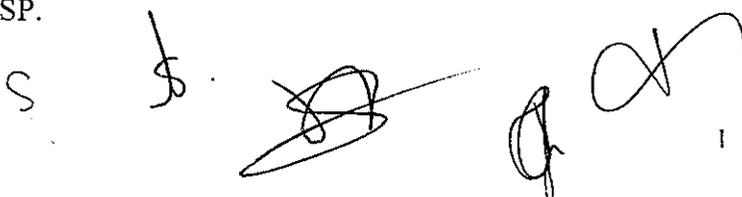


CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMERCIÁRIOS 2015/2016

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Venceslau - SECPV**, entidade sindical de primeiro grau, inscrito no CNPJ/MF N°. 57.327.397/0001-48 e Registro Sindical – Processo N°. 24000.004497/92, com sede na Rua Djalma Dutra N°. 30 - Centro, no município de Presidente Venceslau/SP – CEP 19.400-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 14/08/2015, neste ato representado por sua Presidenta **Sra. Nadir da Silva Almeida**, portadora do CPF/MF N°. 121.039.358-10 e assistido por sua advogada **Sueli Silva de Aguiar Souza** inscrita na OAB/SP N°. 179.766, e de outro, como representantes das categorias econômicas, **Sincomércio Sindicato Patronal do Comércio Varejista do Pontal do Paranapanema e Alta Paulista**, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ N°. 08.403.323/0001-38 e Registro Sindical – Processo N°. 46000.025461/2006-90, com sede na Avenida Princesa Isabel, N°. 620 - Centro, no município de Presidente Venceslau/SP - CEP 19.400-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizadas em 03 e 04/09/2015, neste ato representado por seu Presidente **Sr. Guido Ademir Denippotti**, portador do CPF/MF 063.476.618-02 e assistido por seu advogado **Tarcisio Correa Junior** inscrito na OAB/SP N°. 228.787; **Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo – SINCOVAGA**, devidamente inscrito no CNPJ sob No.49.087.273/0001-04, com sede na Rua 24 de Maio, N°. 35, 13°. Andar, Conjunto 1313 – República, São Paulo/SP, CEP:01.041-001 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/08/2015, representado por seu Presidente, **Sr°. Álvaro Luiz Bruzadin Furtado**, portador do CPF/MF N°. 045.467.768-53 e assistido por seu advogado **Maurício Dias de Andrade Furtado** inscrito na OAB/SP N°. 220.947; através do acordo de multirepresentatividade com o Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Venceslau e Região, celebram na forma de direito, observados os artigos 611 e seguintes da C.L.T., a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes, para os segmentos das categorias representadas pelos Sindicatos Signatários, com abrangência territorial nos municípios de: Caiuá/SP, Euclides da Cunha Paulista/SP, Marabá Paulista/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Piquerobi/SP, Presidente Epitácio/SP, Presidente Venceslau/SP, Rosana/SP e Teodoro Sampaio/SP.



1ª.) REAJUSTE SALARIAL: Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos da categoria representada pelas entidades sindicais profissionais convenientes serão reajustados a partir de 01 de setembro de 2015, **mediante aplicação do percentual de 9,88% (nove inteiros e oitenta e oito décimos por cento), à título de aumento salarial**, incidente sobre os salários já reajustados em 1º de setembro de 2014.

2ª.) COMPENSAÇÃO: Nos reajustamentos previstos na cláusula 1 serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre 01/09/14 a 31/08/15, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

3ª.) PISOS SALARIAIS: Ficam estipulados os seguintes pisos salariais, a vigor a partir de 01/09/2015, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho:

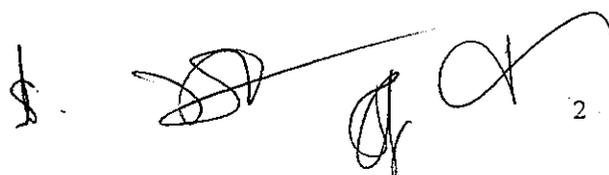
I - EMPRESAS EM GERAL	
a) Empregados em geral	R\$ 1.164,00
b) Caixa	R\$ 1.253,00
c) Faxineiro e Copeiro	R\$ 1.028,00
d) Auxiliar do Comércio	R\$ 997,00
e) Office Boy e Empacotador	R\$ 868,00
f) Garantia do Comissionista	R\$ 1.370,00

PISOS SALARIAIS DIFERENCIADOS PARA EMPRESAS COM ADESÃO AO REPIS

II - MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI - COM ADESÃO AO REPIS	
a) Empregados em geral	R\$ 788,00

III - MICROEMPRESAS (ME's) – COM ADESÃO AO REPIS	
a) Piso Salarial de Ingresso	R\$ 950,00
b) Empregados em geral	R\$ 1.042,00
c) Caixa	R\$ 1.123,00
d) Faxineiro e Copeiro	R\$ 935,00
e) Auxiliar do Comércio	R\$ 922,00
f) Office Boy e Empacotador	R\$ 866,00
g) Garantia do Comissionista	R\$ 1.227,00

IV - EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's) - COM ADESÃO AO REPIS	
a) Piso Salarial de Ingresso	R\$ 950,00
b) Empregados em geral	R\$ 1.061,00
c) Caixa	R\$ 1.182,00
d) Faxineiro e Copeiro	R\$ 969,00
e) Auxiliar do Comércio	R\$ 944,00
f) Office Boy e Empacotador	R\$ 866,00
g) Garantia do Comissionista	R\$ 1.269,00



§1º. - Considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que tenha até um empregado e não possua mais de um estabelecimento nem participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador;

§2º. - A comprovação do enquadramento na condição de MEI se fará através do **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual**, que poderá ser emitido através do endereço eletrônico www.portaldoempreendedor.gov.br;

§3º. - O empresário individual enquadrado como MEI, conforme legislação vigente, poderá contratar apenas 1 (um) empregado;

§4º. - *O piso salarial fixado para o empregado do Micro Empreendedor Individual será reajustado pelo mesmo índice e na mesma época em que ocorrer o reajuste do salário mínimo nacional;*

§5º. - **O piso salarial previsto para a função de Auxiliar do Comércio, poderá ser utilizado somente para a promoção de empregados admitidos na função de Office Boy e Empacotador, sendo vedada a contratação inicial nesta função;**

§6º. - **Fica fixado o limite máximo de 1 (um) ano, para o exercício da função de Auxiliar do Comércio, a contar da data da promoção;**

§7º. - O piso salarial de ingresso será devido aos novos contratados pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da contratação, findo o qual esses empregados passarão a se enquadrar nas funções de nível salarial superior previstas nos quadros III e IV e respectivas alíneas, a critério da empresa, à exceção daquelas previstas nas letras “d” (*faxineiro e copeiro*) e “f” (*office boy e empacotador*), segundo o enquadramento da empresa como ME ou EPP;

§8º. - Os valores constantes da letra “B” do quadro I e da letra “C”, dos quadros III e IV desta cláusula 3ª, se aplicam somente aos empregados exercentes da função exclusiva de operador de caixa;

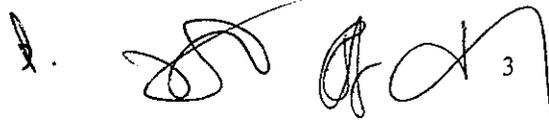
§9º. - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça Federal do Trabalho do direito ao pagamento dos pisos salariais previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará através da apresentação do **CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS/2015-2016** a que se refere o parágrafo 4º da cláusula 4ª.;

§10ª. - Fica convencionado multa em valor equivalente ao piso salarial normativo, qual seja, R\$ 1.164,00 (Um mil cento e sessenta e quatro reais), em caso de prática do piso salarial diferenciado previsto nesta cláusula, sem a prévia obtenção do certificado do REPIS, a ser paga pelo empregador ao empregado prejudicado, sem prejuízo do pagamento das diferenças salariais e reflexos decorrentes.

4ª.) REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL – REPIS: Objetivando dar tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME’s) e empresas de pequeno porte (EPP’s), fica instituído o Regime Especial de Piso Salarial – REPIS, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

§1º.) Considera-se para os efeitos desta cláusula, a pessoa jurídica aufera receita bruta anual, nos seguintes termos: **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** aquela com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e **Micro Empresa (ME)** aquela com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

§2º.) Para aderirem ou renovarem adesão anterior ao REPIS, as empresas enquadradas na forma do caput e parágrafo 1º desta cláusula deverão requerer a expedição de **CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS** através do encaminhamento de formulário à sua entidade patronal representativa, cujo modelo será fornecido por esta, devendo

 3

estar assinado pelo sócio-administrador da empresa e também pelo contabilista responsável ou ainda através do sistema digital no site www.sincomercio.net, e conter as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; endereço completo; identificação do sócio-administrador da empresa e do contabilista responsável;
- b) declaração de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional aos meses da declaração permite enquadrar a empresa como MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), no Regime Especial de Piso Salarial – REPIS/2015-2016;
- c) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

§3º.) A falsidade de declaração e/ou descumprimento de cláusulas da presente convenção, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa do REPIS, sendo imputada à empresa requerente o pagamento de diferenças salariais existentes, sem prejuízo da multa prevista na cláusula 3ª parágrafo 10º;

§4º.) A entidade patronal deverá disponibilizar ao sindicato profissional correspondente, através de acesso a sistema próprio, a relação das empresas que solicitaram o **CERTIFICADO DO REPIS 2015/2016**;

§5º.) Desde que constatada a regularidade de situação das empresas solicitantes e atendidos todos os requisitos, ambas as entidades – profissional e patronal – deverão, em conjunto, fornecer o **CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, CONSTANDO NO CORPO DO DOCUMENTO A DATA DE SUA EMISSÃO**, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação pelo sindicato patronal, com validade coincidente com a da presente norma coletiva, que lhes facultará, a prática de pisos salariais diferenciados previstos nos quadros II, III e IV da cláusula 3ª., durante a vigência da presente convenção (01/09/2015 até 31/08/2016).

§6º.) A entidade patronal disponibilizará ao sindicato laboral para fins estatísticos e de verificação em atos homologatórios, o acesso a sistema próprio contendo a relação das empresas que receberam o **CERTIFICADO DO REPIS/2015-2016**;

5ª.) INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA: O empregado que exercer as funções de caixa terá direito à indenização por “quebra-de-caixa” mensal, no valor de R\$ 48,84 (quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), a partir de 01 de setembro de 2015.

§1º.) A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade;

§2º.) As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por “quebra-de-caixa” prevista no “caput” desta cláusula.

6ª.) GARANTIA DO COMISSIONISTA: Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais pré-ajustadas sobre as vendas (comissionistas puros), fica assegurada a garantia de uma remuneração mínima, conforme valores estabelecidos na letra “F” do quadro I e “G” dos quadros III e IV da cláusula 3ª., nela incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá

 4

no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho.

7ª.) NÃO INCORPORAÇÃO DE ABONOS OU ANTECIPAÇÕES: Aos valores fixados na letra "F" do quadro I e da letra "G" dos quadros III e IV da cláusula 3ª., não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.

8ª.) REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DOS COMISSIONISTAS: O acréscimo salarial de horas extras, em se tratando de comissões, será calculado tomando-se por base o valor da média horária das comissões auferidas nos 6 (seis) meses antecedentes, sobre o qual se aplicará o correspondente percentual de acréscimo, multiplicando-se o valor do acréscimo pelo número de horas extras remuneráveis, de conformidade com o disposto na cláusula 12 desta CCT, conforme segue:

§ Único - Apurar a média das comissões auferidas nos últimos 6 (seis) meses;

- a) Dividir o valor encontrado por 220 (duzentos e vinte) para obter o valor da média horária das comissões;
- b) Multiplicar o valor da média horária apurada na alínea "a" por 0,6 (zero vírgula seis) conforme percentual previsto na cláusula 12. O resultado é o valor do acréscimo;
- c) Multiplicar o valor do acréscimo apurado na alínea "b" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado é o valor a ser pago a título de acréscimo salarial de horas extras a que faz jus o comissionista.

9ª.) REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS: A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido o disposto na Lei 11.603/2007.

10ª.) VERBAS REMUNERATÓRIAS DOS COMISSIONISTAS: O cálculo da remuneração das férias, do aviso prévio e do 13º salário dos comissionistas, inclusive na rescisão contratual, terá como base a média das remunerações dos 6 (seis) últimos meses anteriores ao mês do pagamento.

§ Único - Para a integração das comissões no cálculo do 13º salário será adotada a média comissional de julho a dezembro, podendo a parcela do 13º salário, correspondente às comissões de dezembro, ser paga até o 5º (quinto) dia útil de janeiro.

11ª.) NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO: As garantias previstas nas cláusulas 3, 4, e 5 não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários, não estando sujeitas aos reajustes previsto na cláusula 1ª.

12ª.) REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS: As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional legal de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

§ Único) Quando as horas extras diárias forem *eventualmente* superiores a 2 (duas), nos termos do art. 61 da CLT, a empresa deverá fornecer refeição comercial ou lanche ao empregado que as cumprir.

13ª.) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS COMERCIÁRIOS: As empresas, como obrigação de fazer a legislação civil, assumem o compromisso e se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus comerciários, sindicalizados ou não, a título de contribuição assistencial, o equivalente a 5% (cinco por cento) de suas respectivas remunerações no mês de dezembro/15 e 1,5% para os demais meses, excluídos os meses de dezembro/15 e março/16. O desconto individual fica limitado ao valor de R\$ 80,00 (oitenta reais).

§1º.) A contribuição de 1,5% referida nesta cláusula, será descontada na forma acima especificada, devendo ser recolhida impreterivelmente, até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto.

§2º.) O sindicato da categoria profissional deverá comunicar as empresas qual o percentual adotado, para que possa proceder ao respectivo desconto, que somente será efetuado após comunicação de seu valor, sem acréscimo de qualquer natureza.

§3º.) A contribuição de que trata esta cláusula será descontada, de uma só vez, do salário de dezembro de 2015, e recolhido ao sindicato profissional até o dia 10 de janeiro de 2016, impreterivelmente, na agencia bancária constante da guia de recolhimento no modelo padrão estabelecido pela Federação dos Empregados do Comércio do Estado de SP, ou na rede bancária, quando escolhida através de ficha de compensação no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pela FECOMERCIÁRIOS.

§4º.) A contribuição assistencial não poderá ser recolhida diretamente dos caixas do sindicatos, sob pena de arcar a empresa com a penalidade prevista na cláusula 46 deste instrumento.

§5º.) Do modelo padrão da guia de recolhimento referida no parágrafo 2º, deverá constar, obrigatoriamente, que o valor será recolhido na proporção de 80% (oitenta por cento), para o Sindicato representante da categoria profissional e 20% (vinte por cento) para a Federação dos Empregados do Comércio do Estado de SP. No caso do recolhimento se dar através de ficha de compensação, as empresas deverão preencher em impresso próprio, fornecido gratuitamente pelo Sindicato.

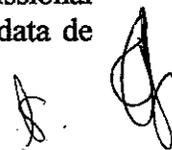
§6º.) O valor da contribuição assistencial reverterá em prol dos serviços sociais das entidades sindicais profissionais beneficiárias e do custeio financeiro do Plano de Expansão Assistencial da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.

§7º.) Dos comerciários admitidos após o mês de setembro de 2015, será descontada a mesma taxa estabelecida nesta cláusula, no mês de sua admissão, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição em outra empresa, para Sindicato representativo da categoria dos comerciários.

§8º.) O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 2º será acrescido de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias.

§9º.) Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 10% (dez por cento), ocorrerão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor principal.

§10º.) O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado a não-oposição do empregado não-associado. A oposição do empregado será manifestada, por escrito, no prazo de até 10 (dez) dias anteriores ao vencimento do desconto, com a comunicação por qualquer meio idôneo ao sindicato profissional. Cabe ao sindicato profissional notificar, também por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de



recolhimento da oposição, para que não seja procedido o desconto junto às empresas, sob pena de o sindicato profissional ser responsabilizado pelo valor descontado, além dos correspondentes acréscimos legais;

§11º.) As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas pela agência bancária.

14ª.) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL: Com previsão na alínea “e” do Artigo 513 da CLT, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria, realizada em 03/09/2015 e 04/09/2015, fica instituída a Contribuição Assistencial Patronal. Deste modo, considerando-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal STF (RE 189960-3) todas as empresas integrantes da categoria econômica, independentemente de número de funcionários ou porte, deverão recolher ao seu respectivo sindicato representativo além da Contribuição Sindical Patronal prevista no Artigo 580 da CLT, uma Contribuição Assistencial, nos valores discriminados na seguinte tabela:

Sindicato Patronal do Comércio Varejista	Valor
MICRO EMPRESAS	R\$ 498,00
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	R\$ 1.026,00
DEMAIS EMPRESAS	R\$ 2.782,00
MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	R\$ 130,00
AUTÔNOMOS / AMBULANTES	R\$ 249,00

§ 1º.) A contribuição assistencial para as micro empresas e empresas de pequeno porte, que não possuam empregados em seus quadros, comprovada esta situação mediante a entrega da última RAIS, na sede do Sincomércio, será de R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais);

§ 2º.) A contribuição prevista nesta cláusula, poderá ser cobrada em até 3 (três) parcelas;

§ 3º.) O recolhimento da contribuição assistencial deverá ser efetuado, exclusivamente em bancos, através de boleto bancário que será fornecido à empresa pela entidade sindical patronal correspondente, no qual constará a data do vencimento. Para as empresas que venham a estabelecer-se após o mês do vencimento da contribuição, deverão efetuar o recolhimento proporcional da contribuição, até o último dia do mês em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade;

§4º.) A contribuição não paga no prazo previsto na guia de recolhimento estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% ao mês, acumulados mensalmente a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo até a data do efetivo pagamento.

§5º.) A contribuição assistencial patronal é devida por todos os estabelecimentos, independente se matriz ou filiais. Os valores a serem recolhidos, obedecerão à tabela contida nessa.

15ª.) COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS: As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, ao empregado, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo sua identificação e a do empregado.

§.   7

16ª.) GARANTIA NA ADMISSÃO: Admitido o empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, salvo se exercendo cargo de confiança, será assegurado àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

17ª.) SALÁRIO DO SUBSTITUTO: Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

18ª.) CHEQUES DEVOLVIDOS: É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido os procedimentos e normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

§ Único) A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o caput desta cláusula.

19ª.) PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES: Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.

20ª.) ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Atendida a ordem de prioridade estabelecida no artigo 75 do Decreto 3.048/99, e entendimento da Súmula n.º 15 do TST, serão reconhecidos os atestados médicos e/ou odontológicos firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato profissional ou por médicos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.

§ Único) Os atestados médicos deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado, bem como deverão ser apresentados à empresa em até 05 (cinco) dias de sua emissão.

21ª.) GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO: Fica assegurado aos empregados em geral, sejam homens ou mulheres, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, de conformidade com o previsto nos termos do art. 188 do Decreto nº 3.048/99, garantia de emprego, como segue:

<i>TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA</i>	<i>ESTABILIDADE</i>
<i>20 anos ou mais</i>	<i>2 anos</i>
<i>10 anos ou mais</i>	<i>1 ano</i>
<i>5 anos ou mais</i>	<i>6 meses</i>

§.  8

§1º.) Para a concessão das garantias acima, o (a) empregado(a) deverá apresentar comprovante fornecido pelo INSS, nos termos do art. 130 do Decreto nº 3.048/99, no prazo máximo de 30 dias após a sua emissão, que ateste, respectivamente, os períodos de 2 anos, 1 ano ou 6 meses restantes para a implementação do benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação dos comprovantes pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se;

§2º.) A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não cumprido ou não implementado da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa e dispensa por justa causa ou pedido de demissão;

§ 3º.) O empregado que deixar de apresentar o comprovante fornecido pelo INSS no prazo estipulado no parágrafo 1º, ou de pleitear a aposentadoria na data em que adquirir essa condição, não fará jus à garantia de emprego e/ou indenização correspondente previstas no parágrafo anterior;

§ 4º.) Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

22ª.) ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir da data do alistamento compulsório, desde que este seja realizado no período de 01 de janeiro até 30 de abril do ano em que o alistando complete 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do serviço militar ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

§ Único) Estarão excluídos da hipótese prevista no "caput" desta cláusula os refratários, omissos, desertores, facultativos e os que tiverem sua incorporação adiada.

23ª.) ESTABILIDADE DA GESTANTE: Fica assegurada estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade.

§ Único) Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório da gravidez anterior ao aviso prévio, dentro de 60 (sessenta) dias após a data do recebimento do aviso, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

24ª.) GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA: Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 (quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

25ª.) DIA DO COMERCIÁRIO: Pelo Dia do Comerciário - 30 de outubro - será concedida ao empregado do comércio, que pertencer ao quadro de trabalho da empresa nesse dia, uma indenização correspondente a 1 (um) ou 2 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de Outubro/15, a ser paga juntamente com esta, conforme proporção abaixo:

§1º.) até 120 (cento e vinte) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;

§2º.) de 121 (cento e vinte e um) dias até 270 (duzentos e setenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 1 (um) dia;

§3º.) acima de 270 (duzentos e setenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 2 (dois) dias;

§4º.) Fica facultada às partes, de comum acordo, converter à indenização em descanso, obedecida a proporcionalidade acima, durante a vigência da presente Convenção;

§5º.) A indenização prevista no “caput” deste artigo fica garantida aos Empregados em gozo de férias e às empregadas em gozo de licença maternidade.

26ª.) AVISO PRÉVIO ESPECIAL: Aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 05 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensados sem justa causa, o aviso prévio indenizado será de 45 (quarenta e cinco) dias.

§1º) Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o empregado cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo indenização em pecúnia pelos 15 (quinze) dias restantes.

§2º.) O benefício previsto nesta cláusula não é cumulativo com a cláusula 28ª, prevalecendo somente o que for mais benéfico para o trabalhador.

27ª.) VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO: Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

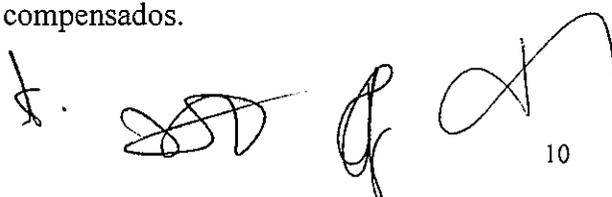
28ª.) INDENIZAÇÃO POR DISPENSA - Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado fará jus ao aviso prévio que será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

§ Único. - Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, a partir do 1º. ano, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

29ª.) NOVO EMPREGO – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO: O empregado dispensado sem justa causa que obtiver novo emprego antes ou durante o prazo do aviso prévio, ficará desobrigado do seu cumprimento, desde que solicite a dispensa e comprove o alegado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, dispensada, nesta hipótese, a remuneração do período não trabalhado.

30ª.) FORNECIMENTO DE UNIFORMES: Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.

31ª.) INÍCIO DAS FÉRIAS: O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias já compensados.



32ª.) COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO: Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada à faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação com 60 (sessenta) dias de antecedência.

33ª.) ASSISTÊNCIA JURÍDICA: A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

34ª.) ABONO DE FALTA À MÃE OU AO PAI COMERCIÁRIO: A mãe comerciária ou o pai comerciário que deixar de comparecer ao serviço para acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou inválidos ou incapazes, no limite de uma por mês, e em casos de internações, devidamente comprovadas nos termos da cláusula 20, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante os respectivos períodos de vigência da presente Convenção.

§ Único) Caso mãe e pai trabalhem na mesma empresa, este benefício poderá ser concedido a um ou ao outro, alternativamente, a critério do empregador, obedecidas as condições estabelecidas no "caput" desta cláusula.

35ª.) ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE: O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, este limitado a um por ano, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia às empresas com antecedência de 5 (cinco) dias e com comprovação posterior.

36ª.) CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.

37ª.) ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE): As empresas concederão até o dia 20 de cada mês, um adiantamento de salário de 40% (quarenta por cento) aos empregados, ressalvado a hipótese do fornecimento concomitante de "vale-compra" ou qualquer outro por elas concedidos, prevalecendo, nesses casos, apenas um deles.

38ª.) FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA: No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário, com a respectiva comprovação posterior.

39ª.) SEGURO: As empresas farão, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

I - R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) em caso de morte do empregado (a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido;

II - R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) em caso de invalidez permanente (total/parcial) do empregado (a), causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as seqüelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente, da invalidez deixada pelo acidente;

III - R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) – PAED Pagamento Antecipado Especial por consequência de Doença Profissional do Empregado - em caso de Invalidez Permanente total adquirida no exercício profissional, será pago até 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE, mediante declaração médica em modelo próprio fornecido pela seguradora, assinada pelo médico ou junta médica, responsável pelo laudo, caracterizando a incapacidade decorrente da doença profissional, obedecendo, os critérios de pagamento descritos nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º.;

IV - R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) em caso de morte do cônjuge do empregado(a);

V - R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) em caso de morte de cada filho de até 21 (vinte e um) anos, limitado a 04 (quatro);

VI - R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) em favor do empregado quando ocorrer o nascimento de filho(a) portador de invalidez causada por Doença Congênita, o(a) qual não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

VII - Ocorrendo a morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 2 (duas) cestas básicas de 25 (vinte e cinco) Kg de alimentos;

VIII - Ocorrendo a morte do empregado(a) a apólice do Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até **R\$ 2.332,00** (dois mil trezentos e trinta e dois reais);

IX - Ocorrendo a morte do empregado(a), a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente, a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista, devidamente comprovadas;

X - Ocorrendo o nascimento de filho(s) da funcionária (cobre somente titular do sexo feminino) a mesma receberá, a título de doação, 2 (duas) Cestas Natalidade, caracterizadas como um KIT MÃE e um KIT BEBÊ, com conteúdos específicos para atender as primeiras necessidades básicas e nutricionais da beneficiária e seu bebê, limitado a duas cestas, desde que o comunicado seja formalizado pela empresa até 30 dias após o parto da funcionária contemplada;

§1º. - Fica entendido que o empregado fará jus através da cobertura PAED, somente será devida no caso em que o próprio segurado seja considerado INVÁLIDO DE FORMA DEFINITIVA E PERMANENTE POR DOENÇA PROFISSIONAL, cuja doença seja caracterizada como DOENÇA PROFISSIONAL que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação e desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da doença profissional caracterizada seja posterior à data de sua inclusão no seguro, e desde que tenha vínculo contratual com a empresa contratante, devidamente comprovada por relação ou proposta de adesão;



§2º. - Desde que devidamente comprovada e antecipada a indenização de invalidez de doença profissional, o segurado será excluído do seguro, em caráter definitivo, não cabendo o direito de nenhuma outra indenização futura ao mesmo segurado, mesmo que este segurado venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra atividade nesta ou outra empresa no País ou Exterior;

§3º. - Caso não seja comprovada e/ou caracterizada a invalidez adquirida no exercício profissional, o segurado continuará com as mesmas condições contratuais;

§4º. - Caso o Empregado já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAED ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo Empregado sujeito às condições desta cláusula, sem direito a qualquer indenização;

§5º. - As indenizações, independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora;

§6º. - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula, com valores base Setembro/2014 sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do IPCA;

§7º. - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do “caput” desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus empregados outros valores, critérios e condições para concessão do seguro, bem como a existência ou não de subsídios por parte da empresa e a efetivação ou não de desconto no salário do empregado(a), desde que contemplados todos os benefícios previstos nesta cláusula e desde que firmado através de Acordo Coletivo de Trabalho com a participação das Entidades Sindicais subscritoras da presente Convenção Coletivas de Trabalho, sob pena de nulidade;

§8º. – Aplica-se o disposto nesta cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive aos empregados abrangidos pela presente convenção coletiva de trabalho;

§9º. - As coberturas e as indenizações por morte e/ou por invalidez, previstas nos incisos I e II, do caput desta Cláusula, não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra;

§10º. - A Seguradora deverá observar o fiel cumprimento desta Cláusula, devendo, para tanto, constar respectiva apólice de seguro, as condições mínimas aqui estabelecidas, sob pena de virem a responder por eventual prejuízo causado aos empregadores e/ou empregados;

§11º. - As empresas e/ou empregadores não serão responsabilizados sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo;

§12º. - A presente Cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

40ª.) DOCUMENTOS – RECEBIMENTO PELA EMPRESA: A Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como certidões de nascimento, de casamento e atestados serão recebidos pela empresa, contra-recibo, em nome do empregado.

41ª.) DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL: As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos empregados que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

42ª.) FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA EM GERAL: O trabalho nas empresas do comércio varejista em geral, salvo previsão em contrário, reger-se-á pelas seguintes disposições:

§1º.) A jornada de trabalho cumprindo-se às 44 horas semanais será: De segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas e aos sábados das 08:00 às 12:00 horas, improrrogável, ou das 09:00 às 13:00 horas, improrrogável.

§2º.) Domingos e Feriados: Fica vedado o trabalho aos domingos e feriados salvo mediante acordo/convenção coletiva de trabalho.

43ª.) HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA PREDOMINANTEMENTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: O trabalho nas empresas do comércio varejista predominantemente de gêneros alimentícios desde que cumprida a legislação municipal, será facultativamente autorizado nos horários previstos nesta cláusula, desde que atendidas as seguintes regras:

§1º.) Requerimento por escrito da empresa interessada, através do encaminhamento de formulário à sua entidade patronal representativa, cujo modelo será fornecido por esta, devendo estar assinado pelo sócio-administrador da empresa e também pelo contabilista responsável ou ainda através do sistema digital no site www.sincomercio.net, e conter as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; endereço completo, identificação do sócio-administrador da empresa e do contabilista responsável;
- b) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§2º.) Jornada: De segunda-feira a sábado das 08:00 às 21:00 horas;

§3º.) Trabalho aos Domingos: Fica autorizado o trabalho aos domingos das 08:00 às 13:00 horas, improrrogável, de acordo com as seguintes alternativas:

3.1) Microempresas (M.E.) e Empresas de Pequeno Porte (E.P.P.): trabalho aos domingos pelo sistema 3X1 (três por um), ou seja, a cada três domingos trabalhados, segue-se outro, necessariamente de descanso, além da folga concedida em qualquer dia da semana que se seguir ao domingo trabalhado;

3.2) Demais empresas: trabalho aos domingos pelo sistema 3X1 (três por um), ou seja, a cada três domingos trabalhados segue-se outro, necessariamente de descanso, além da folga concedida em qualquer dia da semana que se seguir ao domingo trabalhado;

3.3) Remuneração: Pelo trabalho no domingo, será concedida folga equivalente na semana seguinte, como determina a legislação vigente;

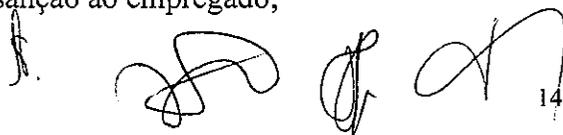
§ 4º.) Trabalho em Feriados: Fica autorizado o trabalho aos feriados das 08:00 às 13:00 horas, improrrogável, **com exceção** dos feriados: **Natal (25/12), Confraternização Universal (01/01), Paixão de Cristo e Dia do Trabalho (01/05)**, desde que atendidas as seguintes regras:

4.1) Remuneração: O feriado será remunerado com o pagamento das horas efetivamente laboradas com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal ou poderá ser substituídos por folga compensatória;

4.2) As empresas deverão remeter ao Sindicato Profissional o recibo de pagamento das horas extras laboradas em feriados, quando solicitado;

4.3) Fornecimento de lanche aos funcionários convocados ou indenização de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para cada funcionário;

4.4) A recusa ao trabalho em feriados, desde que notificada formalmente e com antecedência mínima de 72 horas ao empregador, não se constituirá em infração contratual e nem poderá significar qualquer sanção ao empregado;



44ª.) CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO EM DATAS E HORÁRIOS ESPECIAIS: O funcionamento do comércio em geral, com exceção da categoria gêneros alimentícios, em datas especiais, sua duração e a compensação do horário de trabalho dos comerciários, desde que cumpridas a legislação municipal local, será facultativamente autorizado nos horários previstos nesta cláusula, obedecido o período de onze horas consecutivas para descanso, desde que atendidas as seguintes regras:

§1º.) Requerimento por escrito da empresa interessada, através do encaminhamento de formulário à sua entidade patronal representativa, cujo modelo será fornecido por esta, devendo estar assinada pelo sócio-administrador da empresa e também pelo contabilista responsável ou ainda através do sistema digital no site www.sincomercio.net e conter as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; endereço completo; identificação do sócio-administrador da empresa e do contabilista responsável;
- b) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§2º) Constatado o cumprimento dos pré-requisitos, as entidades sindicais profissional e patronal, deverão em conjunto, fornecer às empresas solicitantes, a autorização, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação pelo sindicato patronal ou através do sistema digital. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, também no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis;

§3º) A falsidade de declaração ou descumprimento desta cláusula, uma vez constatada, ocasionará a revogação da autorização, sendo imputada à empresa requerente a multa prevista na cláusula 48ª., a ser paga em favor do empregado prejudicado:

a) semana do consumidor ou do freguês (uma semana):

- segunda a sexta-feira: das 08:00 às 22:00 horas, improrrogável;
- sábado: das 08:00 às 18:00 horas, improrrogável;

- O município da estância turística de Presidente Epitácio/SP poderá utilizar o horário fixado neste item por 3 (três) vezes durante a vigência da presente convenção.

b) Dia das mães, dia dos namorados, dia dos pais e dia das crianças:

- Antevéspera e véspera: das 08:00 às 22:00 horas, improrrogável, salvo se recair aos sábados, quando o horário será até às 18:00 horas, improrrogável;

c) Black Friday:

- No dia da realização da promoção denominada Black Friday, o comércio ficará aberto até as 22:00 horas

d) Festas natalinas:

- a partir da primeira quinta-feira subsequente ao 5º dia útil até a antevéspera do natal: das 09:00 às 22:00 horas, horário este improrrogável.

- na véspera de natal e confraternização universal (24 e 31 de dezembro): das 08:00 às 18:00 horas, horário este improrrogável;

- nos sábados do mês de Dezembro a partir do início do horário especial até o último sábado que antecede o dia 25 de dezembro: das 09:00 às 18:00 horas, improrrogável; exceto na Estância Turística de Presidente Epitácio, que tem abertura autorizada das 09:00 as 17:00 horas.

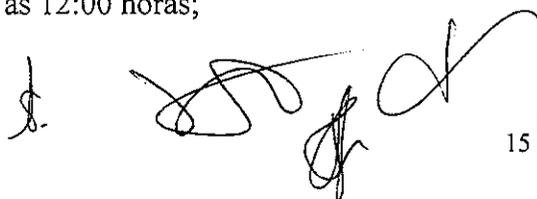
- **exceções:**

- no sábado subsequente ao natal: das 09:00 às 13:00 horas, horário este improrrogável;

- o comércio ficará fechado nos dias:

- 02 de Janeiro 2016, exceto na Estância Turística de Presidente Epitácio, que tem abertura autorizada das 09:00 as 13:00 horas.

- no dia 10/02/2016 (quarta-feira de cinzas) até às 12:00 horas;



§4º.) Entende-se como semana do consumidor ou do freguês uma semana de promoção de vendas do comércio, independente da denominação que se dê a nível local;

§5º.) Fica liberado o trabalho no sábado 1º. Sábado subsequente ao 5º. dia útil das 08:00 horas até às 17:00 horas, improrrogável, observado intervalo a cada 04 (horas) para refeição conforme legislação vigente, ficando os demais sábados liberado o trabalho dos empregados das 08:00 as 12:00 ou das 09:00 as 13:00;

§ 6º.) **A jornada de trabalho aos sábados exclusivo para o Município da Estância Turística de Presidente Epitácio será: das 08:00 horas até 16:00 horas, improrrogável, observado intervalo para refeição a cada 04 (horas), conforme legislação vigente, com exceção dos sábados do mês de Dezembro - a partir do início do horário especial natalino até a véspera do dia do natal – que o horário será das 09:00 horas até as 17:00 horas, improrrogavelmente;**

§ 7º.) Trabalho em Feriados: Fica autorizado o trabalho aos feriados das 08:00 às 13:00 horas, improrrogável, **com exceção dos feriados: Natal (25/12), Confraternização Universal (01/01), Paixão de Cristo e Dia do Trabalho (01/05)**, desde que atendidas as seguintes regras:

8.1) Remuneração: O feriado será remunerado com o pagamento das horas efetivamente laboradas com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal ou poderá ser substituídos por folga compensatória;

8.2) As empresas deverão remeter ao Sindicato Profissional o recibo de pagamento das horas extras laboradas em feriados, quando solicitado;

8.3) Fornecimento de lanche aos funcionários convocados ou indenização de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para cada funcionário;

8.4) A recusa ao trabalho em feriados, desde que notificada formalmente e com antecedência mínima de 72 horas ao empregador, não se constituirá em infração contratual e nem poderá significar qualquer sanção ao empregado;

8.5) Fica autorizado o trabalho no feriado da sexta feira da Paixão de Cristo, para empresas cuja atividade econômica principal compreenda o Comércio Varejista de doces, balas, bombons e semelhantes, das 8:00 às 21:00 horas, improrrogável.

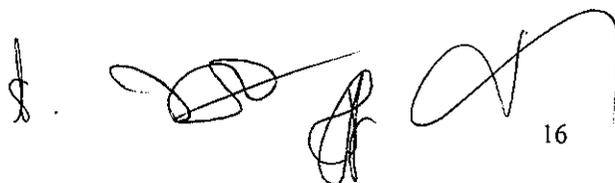
§ 9º.) Fica proibido o trabalho de menores e mulheres gestantes nos dias especificados neste calendário, exceto se os próprios interessados se manifestarem, por escrito, no sentido contrário, assistido o menor pelo seu representante legal.

45ª.) ELASTECIMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA – Nos termos do artigo 71 da CLT, fica autorizada a concessão de intervalo intrajornada superior a 2 (duas) horas diárias, aos trabalhadores abrangidos pela presente convenção.

a) A solicitação para adesão ao Elastecimento do Intervalo Intrajornada deverá ser feita pela empresa ou pela contabilidade responsável, em formulário próprio e endereçado ao SINCOMÉRCIO, contendo as informações cadastrais da empresa, como: Razão Social, CNPJ, endereço completo, contabilidade responsável, endereço de e-mail e número de empregados abrangidos pela solicitação e termos de compromisso e comprovação de cumprimento integral da presente CCT.

b) O deferimento da solicitação recebida pelo Sincomércio será disponibilizado através de sistema próprio ao Sindicato dos Empregados do Comércio de Presidente Venceslau – SECPV, para ciência e acompanhamento.

46ª.) COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO - ADESÃO: Fica instituído o Banco de Horas, nos termos do artigo 59, § 2º, da C.L.T., que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:



§1º.) Para a adesão, as empresas deverão requerer a expedição de autorização através do encaminhamento de formulário ao Sincomércio, cujo modelo será fornecido por este, ou através do sistema digital no site www.sincomercio.net e conter as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; Capital Social registrado na JUCESP; endereço completo; indenização do sócio administrador da empresa;
- b) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§2º) Constatado o cumprimento dos pré-requisitos, as entidades sindicais profissional e patronal, deverão em conjunto, fornecer às empresas solicitantes, a autorização, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação pelo sindicato patronal ou através do sistema digital. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, também no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis;

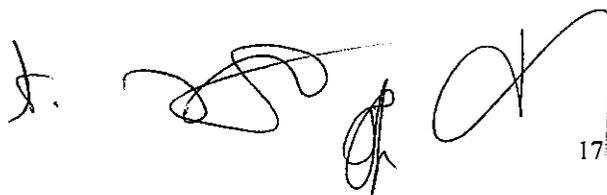
§3º.) A falsidade de declaração ou descumprimento desta cláusula, uma vez constatada, ocasionará a revogação da autorização, sendo imputado à empresa requerente a obrigação de remunerar as horas-extras com o adicional previsto na cláusula 12ª.;

§4º.) As empresas autorizadas deverão atender as seguintes condições:

- a) na forma do disposto nos parágrafos 2º. e 3º., do artigo 59 da C.L.T., não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, desde que compensadas dentro de 90 (noventa dias) dias, contados a partir da data do trabalho extraordinário;
- b) as horas extras trabalhadas, não compensadas no prazo acima, ficarão sujeitas à incidência do adicional legal de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal;
- c) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, compreendido entre às 06:00 e 22:00 horas, obedecido, porém o disposto no inciso I do artigo 413 da C.L.T.;
- d) na rescisão contratual imotivada, por iniciativa do empregador, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas;
- e) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual o plúrimo, que deverá ser mantido no arquivo da empresa e apresentado no prazo máximo de 10 (dias) quando solicitados pelos sindicatos convenientes;
- f) para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fazer constar do recibo de pagamento ou em outro documento específico, entregue mensalmente ao empregado, o montante das horas extras laboradas no mês, a horas extras compensadas e o saldo eventualmente existente para compensação;
- g) O prazo máximo para compensação da jornada extraordinária será de 90 (noventa) dias, salvo para as horas prestadas no período de festas natalinas previsto no item "C" da cláusula 45ª., que poderão ser compensadas no prazo de 120 (cento e vinte) dias;

47ª.) CONTROLE ELETRÔNICO ALTERNATIVO DE JORNADA DE

TRABALHO: Ficam as empresas autorizadas a adotar sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho, conforme previsão da portaria 373, de 25 de fevereiro de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desde que observado o seguinte:



§ 1º.) A adoção de sistema alternativo que melhor atenda aos sistemas de controle de jornada da empresa deve cumprir as exigências que seguem:

I – estar disponível no local de trabalho;

II – permitir a identificação de empregador e empregado;

III – possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro de marcações realizadas pelo empregado.

§ 2º.) Ficam as empresas desobrigadas de utilizar mecanismo impressor em bobina de papel, integrado ao relógio de ponto.

§ 3º.) As empresas disponibilizarão para todos os seus empregados, mensalmente, cópia de seu registro de ponto.

48ª.) MULTA: Fica estipulada multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a partir de 01 de setembro de 2015, por empregado, pelo descumprimento das obrigações contidas no presente instrumento, a favor do empregado ou da categoria econômica prejudicada.

§ 1º.) A multa prevista nesta cláusula não será cumulativa com as multas previstas nas cláusulas de 13 e 14;

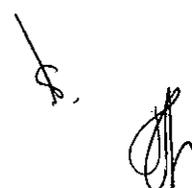
§ 2º.) Se a parte prejudicada for o funcionário o valor da multa deverá ser depositado em conta bancária do trabalhador e apresentada a Entidade Sindical Profissional em até 10 dias da data do depósito independente de notificação.

§ 3º.) Verificado que o descumprimento causa prejuízo a categoria econômica, caberá ao sindicato patronal efetuar a cobrança da multa, que será revertida em ações de conscientização para erradicação da informalidade e jornada excessiva de trabalho.

49ª.) ACORDOS COLETIVOS: Os sindicatos convenientes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se à negociação e à celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade, de termos de compromisso, ajustes de conduta ou acordos coletivos envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva categoria econômica.

50ª.) DO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL: As empresas e os comerciários abrangidos pelo presente instrumento, cujos Sindicatos assinam, observado o princípio constitucional da unicidade sindical, reconhecem reciprocamente os respectivos Sindicatos, uns aos outros, como únicos e legítimos representantes das respectivas categorias, para entendimentos, assinaturas de acordos ou outros instrumentos legais que envolvam a categoria, sendo que para tanto qualquer tipo de negociação entre empresas e comerciários deverá ser realizada sempre com a participação dos Sindicatos subscritores deste Instrumento, sob pena de nulidade.

51ª.) COMUNICAÇÃO PRÉVIA: A entidade sindical representante da categoria profissional se obrigada, na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a comunicar, previamente, a entidade sindical representante da categoria econômica para que, no prazo de 5 dias, esta preste assistência e acompanhe suas representadas.



52ª.) HOMOLOGAÇÃO: O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para o trabalhador e empregador, obedecido ao dia e hora designados pelo sindicato profissional para a realização do ato:

§1º.) Fica acordado que o SECPV manterá durante o período de vigência desta convenção coletiva de trabalho o atendimento às homologações ao trabalhador da categoria representada nas cidades de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Primavera distrito de Rosana, ambas do Estado de São Paulo, atendendo o fiel cumprimento da CCT;

§2º.) Fica facultado ao SINCOMERCIO a participação nos atos homologatórios realizados pelo SECPV que enviará antecipadamente através de e-mail a agenda semanal das homologações a serem realizadas;

§3º.) Fica convencionado entre os sindicatos signatários que para os funcionários admitidos a partir de 1º de setembro de 2008, se tornará obrigatória à homologação da rescisão do contrato de trabalho na Entidade Sindical Profissional a partir de 06 (seis) meses de registro, sob pena de nulidade do termo de rescisão de contrato do trabalho do funcionário.

§4º.) Independentemente de notificação, o SECPV enviará ao SINCOMÉRCIO cópia de todas as rescisões de contrato de trabalho homologadas.

53ª.) PARTICIPAÇÕES DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS: As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho que, na medida de suas possibilidades e critério de administração, desejar negociar com seus empregados a participação nos lucros ou resultados, na forma prevista na Lei 10.101/2000, deverão valer-se da assessoria de suas respectivas entidades sindicais, que constituirão comissão intersindical para oferecer orientação e apoio na implantação do programa.

54ª.) PLANO DE RENDA COMPLEMENTAR: As entidades sindicais convenientes se comprometem a divulgar e incentivar junto às empresas e empregados integrantes de suas respectivas categorias, o Plano Fecomercio Renda Complementar, administrado pela Fundação Fecomercio de Previdência Associativa e gerido por representantes de empregados e empregadores:

§ Único) O Plano a que se refere o caput desta cláusula destina-se a empregados e empregadores, bem como a seus respectivos familiares, que pretendam dispor de um rendimento complementar à aposentadoria oficial.

55ª.) FIXAÇÃO DE OUTRAS CONDIÇÕES: Fica convencionado que, durante a vigência da presente Convenção, poderá ser negociadas e fixadas outras condições de natureza econômica e/ou sociais nela não previstas, sendo indispensável, para tanto, a assistência das representações sindicais de ambas as categorias.

56ª.) PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL: Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial desta convenção, será observada as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

57ª.) RAIS: As empresas representadas nesta CCT deverão enviar ao Sindicato Profissional a cópia da RAIS 2015 até o dia 02/05/2016, independente de notificação, sob pena da multa da cláusula 48ª, facultado o envio através do e-mail: secpv@uol.com.br.

§ Único) - A entidade profissional encaminhará ao sindicato patronal para fins estatísticos e de verificação de atos homologatórios, sempre que for solicitado, a cópia da RAIS, facultado o envio através do email: sincomercio@sincomercio.net;

58ª.) DIFERENÇAS SALARIAIS: As diferenças salariais do mês de Setembro, Outubro e Novembro, em razão da data das assinaturas desta Convenção ter se efetivado posteriormente à data base, deverão ser pagas em três parcelas iguais, juntamente com a folha de pagamento referente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2016.

§ÚNICO) Os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas.

59ª.) VIGÊNCIA: A presente Convenção terá vigência de 12 meses, contados a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016.

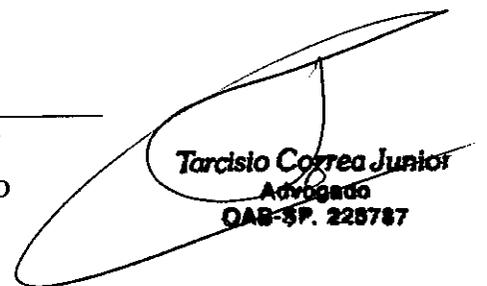
§ Único) O prazo acima será automaticamente estendido até a celebração da nova Convenção Coletiva de Trabalho, respeitando-se o prazo limite de vigência de 02 (dois) anos, na conformidade do § 3º do artigo 614 da CLT.

60ª.) FORO: Fica acordado para dirimir quaisquer dúvidas da presente convenção coletiva de trabalho a vara do trabalho de Presidente Venceslau-SP, renunciando as partes de qualquer outra mesmo que seja mais privilegiada.

Presidente Venceslau/SP, 11 de Dezembro de 2015.



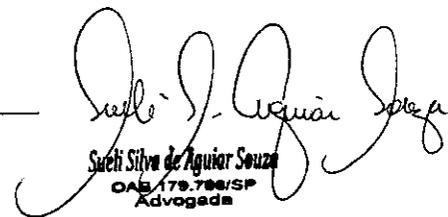
-GUIDO ADEMIR DENIPPOTTI-
CPF: 063.476.618-02
PRESIDENTE DO SINCOMÉRCIO
CNPJ: 08.403.323/0001-38



Tarcisio Correa Junior
Advogado
OAB-SP. 225787



-NADIR DA SILVA ALMEIDA-
CPF: 121.039.358-10
PRESIDENTA DO SECPV
CNPJ: 57.327.397/0001-48



Sueli Silva de Aguiar Souza
Advogada
OAB 179.798/SP